O Acesso ao Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos

Meu primo foi assassinado por policiais ao ser confundido com um assaltante. Apesar das inúmeras testemunhas e provas, o Inquérito Policial foi arquivado. O que posso fazer quando vejo o Direito sendo violado por ação ou omissão do Estado?

A investigação de violações de direitos humanos e a punição dos responsáveis é obrigação do Estado. O não cumprimento dessa obrigação pode ser considerado, por si só, uma violação dos direitos fundamentais.

Quando o direito interno se mostra ineficiente para a solução de conflitos, seja por razões políticas, pessoais ou econômicas, as vítimas encontram no direito internacional uma solução viável para a realização de justiça. Ao longo dos anos, o direito interno e o direito internacional têm interagido constantemente, formando um único sistema de proteção às vítimas de violações de direitos humanos.

□ A Proteção Internacional dos Direitos Humanos

Os sistemas de proteção internacional dos direitos humanos surgiram para prevenir violações e punir Estados que não observem os padrões mínimos compatíveis com a dignidade da pessoa humana. Existem diversos sistemas de proteção, tanto em nível global quanto em regional. No continente americano, há o Sistema Interamericano de Proteção Internacional dos Direitos Humanos, criado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e composto por dois órgãos autônomos fundamentais: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Constituem a base normativa desse sistema a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos que, juntas, prevêm os direitos essenciais dos cidadãos das Américas: direito à vida; à integridade pessoal; à personalidade jurídica; à liberdade pessoal; às garantias judiciais; à liberdade de expressão, religião e pensamento; à liberdade de associação; à indenização; à propriedade. Asseguram também outros direitos políticos, civis, econômicos, sociais e culturais, assim

como direitos da criança.

A Constituição Federal (art. 5, LXXVIII, § 2º) garante aos brasileiros a utilização de instrumentos internacionais para a proteção de direitos que foram internacionalmente reconhecidos pelo Brasil. Felizmente, o nosso país ratificou a Convenção Americana em 1992 e, por ser membro da OEA, deve também observar a Declaração.

□ A Comissão Interamericana de Direitos Humanos

Cabe à Comissão investigar a ocorrência de violações de direitos previstos na Convenção Americana e na Declaração em razão da ação ou da omissão de Estados que as tenham ratificado. A Comissão tem competência para analisar, ainda, violações de outras Convenções elaboradas no âmbito da OEA, a saber: Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas (art.13), Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (art.12), Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (art. 19).

A Comissão também recebe e analisa petições enviadas por vítimas de viola-

ções de direitos. Caso a petição cumpra com todos os requisitos, é admitida e torna-se um caso. Em seguida, tenta-se realizar um acordo entre as partes, em busca de uma solução amistosa. Caso contrário, a Comissão deve decidir sobre o mérito do caso, ou seja, investigar as supostas violações de direitos humanos. Se decidir que tais violações tenham realmente ocorrido, deverá recomendar diversas ações ao Estado, com os objetivos de reparar os danos e prevenir novas ocorrências de violações. Finalmente, se o Estado não cumprir o que lhe foi proposto, o caso pode ser enviado, pela Comissão, à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Existem também outras maneiras de atuação da Comissão na proteção dos direitos humanos. Além de dispor de funções cautelares - aplicando medidas preventivas em casos de grande urgência -, pode determinar elaborações de relatórios sobre a situação dos direitos humanos em determinados países.

□ A Corte Interamericana de Direitos Humanos

A Corte Interamericana pode ser acionada para julgar casos de violações de direitos, responder consultas de Estados da OEA, implementar medidas provisórias e, principalmente, interpretar e aplicar a Convenção.

Apenas a Comissão e os Estados Partes podem iniciar um processo contra um Estado, desde que este reconheça a competência da Corte. O Brasil, desde 1998, está sujeito à sua jurisdição. Os indivíduos e as ONGs, apesar de não terem acesso direto à Corte, podem atuar durante os procedimentos deste Tribunal

com argumentações e apresentações de provas.

As decisões da Corte em relação a um caso são obrigatórias e irrecorríveis, podendo determinar que o Estado previna, investigue e puna as violações dos direitos humanos, assim como que repare os danos cometidos e indenize as vítimas.

A Corte também tem o poder de ordenar ao Estado a adoção de medidas provisórias de proteção. Essa decisão é tomada em casos de extrema gravidade ou urgência, com o objetivo de evitar danos irreparáveis.

□ O Mecanismo de Petições

Qualquer pessoa pode apresentar uma petição à Comissão em seu nome ou representando terceiros, independente de nacionalidade ou condição social. Pode-se alegar que a violação foi cometida contra uma ou várias pessoas.

As petições devem cumprir com alguns requisitos. Inicialmente, a denúncia deve alegar violação, por parte do Estado, de direitos estabelecidos na Declaração, na Convenção Americana, ou em outras Convenções que reconheçam a competência da Comissão. Exige-se também que a denúncia não esteja pendente - e nem tenha sido julgada - em outro órgão internacional. A última condição é o esgotamento de todos os recursos internos do Estado onde ocorreu a violação, o que significa que a vítima, apesar de ter recorrido a todos os mecanismos disponíveis na justiça nacional, não encontrou solução adequada. Essa regra, contudo, não é absoluta. A Comissão não a considera obrigatória diante dos seguintes casos: demora in-

justificada nas decisões de tribunais e autoridades competentes do país em questão; denegação do acesso aos recursos disponíveis do direito interno; ocorrência de irregularidades durante o processo; privação de serviços jurídicos gratuitos. A denúncia deve ser enviada dentro do prazo de seis meses após o esgotamento dos recursos internos (por exemplo, seis meses após o arquivamento do Inquérito Policial).

Toda petição deve ser apresentada por escrito, contendo o nome do peticionário, nacionalidade, ocupação, endereço e assinatura. É importante descrever detalhadamente a data, o lugar, e os fatos da violação, assim como indicar o Estado violador dos direitos e demonstrar que houve esgotamento dos recursos internos ou algum outro acontecimento que impossibilite a aplicação dessa regra. Recomenda-se, também, o envio de depoimentos de testemunhas e outros documentos pertinentes.

O peticionário pode apresentar e acompanhar a petição sem a assistência de representante legal. No entanto, é extremamente recomendável o apoio de ONGs ou advogados para a elaboração de argumentos jurídicos.

Para informar-se a respeito de ONGs que atuam no sistema interamericano de proteção, de endereço para o envio de petições, ou de outras informações, entre em contato com o Núcleo de Prática Jurídica da UnB.